



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

JORGE PAULO FERREIRA DE LIMA

**A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICA COMO FATOR FACILITADOR NA GESTÃO DO
SISTEMA PRISIONAL**

GOIÂNIA

2018

JORGE PAULO FERREIRA DE LIMA

**A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICA COMO FATOR FACILITADOR NA GESTÃO DO
SISTEMA PRISIONAL**

Artigo apresentado ao Curso de Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, em cooperação técnica com a Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública.

Orientador: Prof. Ten. Cel. Geyson Alves Borba

Data da Aprovação: 18 / 12 / 2018

Prof^a Esp. Nélia Cristina Pinheiro Finotti

Prof. TEN. CEL. PM Geyson Alves Borba

Prof. Esp. Marcio Antônio da Costa Santos

GOIÂNIA

2018

A PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICA COMO FATOR FACILITADOR NA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Jorge Paulo Ferreira de Lima¹

RESUMO

O estudo tem por finalidade verificar e mostrar a importância de uma seção específica de dados estatísticos no Sistema Prisional goiano. O objetivo foi também demonstrar a viabilidade e importância de se instalar em cada regional, pequenos núcleos estatísticos, para que de forma descentralizada possam formar bancos de dados completos. A intenção é demonstrar também, que é preciso qualificar o servidor já na sua formação para que, caso venha atuar em alguma seção destinada a estatística já esteja preparado. A problemática se dá por que se observou que hoje no atual Sistema Prisional, se produz o mínimo de dados e os que não são produzidos, são solicitados há todo momento. Sem a implementação dessas seções de forma descentralizada, fica muito difícil ampliar a rede de coleta de dados.

Palavras-chave: Dados estatísticos. Importância. Forma descentralizada.

ABSTRACT

The study aims to verify and show the importance of a specific section of statistical data in the goiano prison system. The objective is also to demonstrate the feasibility and importance of installing small statistical nuclei in each region, so that in a decentralized way they can form complete databases. The intention is also to demonstrate that it is necessary to qualify the server already in its formation so that if it comes to act in some section destined to the statistic already prepared. The problem is because we observe that today in the prison system is produced the minimum of data and that data that are not produced are requested at all times. Without the implementation of these sections in a decentralized way, it is very difficult to expand the data collection network.

Keywords: Statistic data. Importance. Decentralized form.

¹ Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2015. Ocupante do cargo de Agente de Segurança Prisional desde 2010.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa mostrar uma visão mais ampla aos gestores do Sistema Prisional goiano em relação à importância dos dados estatísticos. A finalidade primordial deste trabalho é mostrar caminhos para que se possa implementar na estrutura organizacional da DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA pequenos núcleos estatísticos em cada regional, para que juntos possam assessorar os altos escalões nas tomadas de decisões.

Com a implementação dos núcleos de estatística, os gestores poderão atingir resultados positivos como, por exemplo, mensurar em planilhas e gráficos a evolução e modificação do perfil da população carcerária. Há um ponto relevante, que será a produção de dados que ajudaram inúmeros setores que lidam diariamente com a segurança pública.

A expectativa acerca do trabalho, é que ele produza o resultado esperado tendo em vista, que o assunto é bastante carente de trabalhos acadêmicos. O trabalho será dividido em capítulos embasados em dados colhidos em unidades prisionais, observatório da DGAP, e também em bibliografias dedicadas ao tema abordado.

1. HISTÓRICO DA ESTATÍSTICA

Precisar o surgimento de determinada matéria não é tarefa das mais fáceis, contudo, se pode identificar fatos ao longo da história que talvez tenham relação com o tema estudado. No texto para discussão 21 publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no ano de 2004 afirma que:

Desde remota antiguidade, os governos têm se interessado por informações sobre suas populações e riquezas, tendo em vista, principalmente, fins militares e tributários. O registro de informações perde-se no tempo. Confúcio relatou levantamentos feitos na China, há mais de 2000 anos antes da era cristã. No antigo Egito, os faraós fizeram uso sistemático de informações de caráter estatístico, conforme evidenciaram pesquisas arqueológicas. Desses registros também se utilizaram as civilizações précolombianas dos maias, astecas e incas. É conhecido de todos os cristãos o recenseamento dos judeus, ordenado pelo Imperador Augusto. Os balancetes do império romano, o inventário das posses de Carlos

Magno, o Doomsday Book, registro que Guilherme, o Conquistador, invasor normando da Inglaterra, no século 11, mandou levantar das propriedades rurais dos conquistados anglo-saxões para se inteirar de suas riquezas, são alguns exemplos anteriores à emergência da estatística descritiva no século 16, na Itália. Essa prática tem sido continuada nos tempos modernos, por meio dos recenseamentos, dos quais temos um exemplo naquele que se efetua a cada decênio, em nosso País, pela Fundação IBGE, órgão responsável por nossas estatísticas (dados estatísticos) oficiais.

Com a chegada dos aparelhos eletrônicos e conseqüentemente os computadores fez surgir e potencializar também os estudos sobre estatística, que ao passar dos anos foi-se aprimorando.

Na atualidade, se utiliza estatística nas universidades e empresas de variados segmentos e pode-se dizer também que são diversas as formas que a estatística pode ser exteriorizada, gráficos, tabelas, dados numéricos e muitos outros. O grau de importância atribuída à estatística é tão grande que praticamente todos os governos possuem organismos oficiais destinados à realização de estudos estatísticos.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se firmou como um dos principais órgãos no que se refere a pesquisas relacionada a população brasileira.

No Brasil, a Estatística tem sua história associada à história do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cujas raízes foram fincadas ainda durante o Império. De acordo com o Calendário comemorativo dos 50 anos de sua fundação, quem primeiro coordenou e sistematizou atividades ligadas a levantamentos censitários, foi a Diretoria Geral de Estatística, criada em agosto de 1872, data do "primeiro Recenseamento Geral do Império do Brasil". No período anterior a esta data (1750 - 1872), a Coroa Portuguesa era quem determinava levantamentos populacionais, realizados precariamente, com o objetivo maior de "conhecer a população livre e adulta apta a ser usada na defesa do território". A partir da segunda metade do século XIX, esses levantamentos passaram a ser realizados por juizes de paz e chefes de polícia dos municípios, mais com fins eleitoreiros, constituindo-se as paróquias, a base para as informações. Com o advento da República, a produção das estatísticas dispersou-se nas esferas Federal, Estadual e Municipal, quase impossibilitando a unificação dos resultados e dificultando as análises estatísticas. Ainda de acordo com o Calendário, foi criado, em 1907, o Conselho Superior de Estatística, com vistas a padronização de conceitos e apuração de resultados em todo o território nacional. Em 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística, que só passou a existir de fato em 1936, mudando em 1938 para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, quando os serviços geográficos foram a ele vinculados. Foi a partir de 1940 que se iniciaram os "modernos censos" decenais, não ocorrendo apenas o de 1990 (foi adiado para 1991), devido à "falta de recursos" alegada pelo Governo Collor. Antes disso ocorreram os de 1872, 1890, 1900 e 1920. Hoje ele é chamado de Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo integrante da Administração Federal, subordinado diretamente à Secretaria

de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República - SEPLAN/PR, tendo seu Estatuto sido aprovado pelo Decreto número 97.434 de 05 de janeiro de 1989. Suas finalidades básicas são "a pesquisa, a produção, a análise e a difusão de informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, geodésica, demográfica e sócio-econômica, de recursos naturais e de condições do meio ambiente, necessárias ao conhecimento da realidade física, humana, econômica e social, com vistas, especialmente, à execução de programas e projetos de desenvolvimento nacional".

Assim, o IBGE define sua história.

Durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com o advento da República, o governo sentiu necessidade de ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos. Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes. A carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desde então, o IBGE cumpre a sua missão: identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem.

Conseqüentemente, uma estrutura tão grande como é a do IBGE, não pode ser administrada de outra forma que não seja a descentralização.

O IBGE é uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais. Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, o IBGE possui a rede nacional de pesquisa e disseminação, composta por:

- 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e 1 no Distrito Federal)
- 27 Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações (26 nas capitais e 1 no Distrito Federal)
- 583 Agências de Coleta de dados nos principais municípios.

O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

A definição básica de estatística é o conjunto de métodos e técnicas que envolvem todas as etapas de uma pesquisa, desde o planejamento, coordenação, levantamento de dados por meio de amostragem ou censo, aplicação de questionário, entrevistas e medições com a máxima quantidade de informação possível para um dado custo, a consistência, o processamento, a organização a análise e interpretação dos dados para explicar fenômenos socioeconômicos, a

inferência o cálculo do nível de confiança e do erro existente na resposta para uma determinada variável e a disseminação das informações.

1.1 A grande problemática da falta de dados no Sistema Prisional goiano

Hoje, há uma grande carência de dados no Sistema Prisional, dados estes que são constantemente solicitados seja por autoridades de escalões superiores seja para divulgação na imprensa. Vários fatores influenciam nessa problemática, entre eles se podem citar os principais estão na falta de um planejamento de longo prazo, e nessa falta de planejamento pode se elencar que não existe uma política continua do estado na execução penal, à medida que entra novo governo toda política anterior não é levada à frente.

Dentro deste planejamento de longo prazo estão incluídos vários fatores que colaboram para a inexistência de dados confiáveis no sistema penitenciário, entre eles podem se citar a existência de grande quantidade de servidores contratados por meio de processo seletivo para exercerem suas funções por meio de contratos temporários, com isso, perde-se muito material humano e conhecimentos adquiridos quando vencem esses contratos.

Aliado a isso, não há nenhuma política de treinamento e aperfeiçoamento constante de servidores com o intuito de instruí-los quanto à necessidade e os benefícios da estatística para o serviço penitenciário. Smalles e Mcgrane (2014, p. 17) destacam conceitos quanto à importância da estatística.

As empresas precisam de informações para tomar decisões; parte dessas informações será "estatística". Uma definição de dicionário afirma que estatística são fatos numéricos coletados sistematicamente, ordenados e estudados. Para aqueles que tomam decisões, o principal papel da estatística é fornecer-lhe os métodos para obter e converter dados (valores, fatos, observações, medições) em informações úteis.

Obviamente que a falta de qualificação dos servidores efetivos, também impacta e muito nesta problemática. Quando por exemplo, o diretor de um presídio não designa alguém para fazer a função de coletar dados dos presos para alimentar algum banco de dados por não ver importância nisto, obviamente ele está agindo assim, porque em sua formação não foi cultivado a cultura de que isso é de extrema importância para a segurança pública.

Por outro lado, quando o alto comando da instituição não cria cargos e departamentos para fazer a função de produzir estatística sobre o sistema penitenciário é evidente que está se deixando de lado um setor importante que poderá dar condições ao próprio administrador em administrar melhor. Tendo em vista que tomar uma decisão sobre algo que se conhece é bem mais fácil do que decidir sobre o desconhecido.

Stevenson (1981, p. 3 e 4) comentam que:

Não seria fora do propósito o leitor perguntar “Por que devo estudar estatística?” Certamente isso exigirá um esforço da parte do leitor, que desejara saber o benefício que daí lhe advirá.

É comum o estudante achar que os cursos devem ser “relevantes”. O leitor será o juiz final. Por ora consideramos o seguinte:

1. O raciocínio estatístico é largamente utilizado no governo e na administração; assim, é possível que, no futuro um empregador venha a contratar ou promover o leitor por causa de seu conhecimento de estatística.
2. Os administradores necessitam do conhecimento da estatística para bem tomar suas decisões e para evitar serem iludidos por certas apresentações viciosas.

Um grande indicativo da deficiência do Sistema Prisional goiano em relação à coleta de dados, tratamento destes dados e da transparência, é que no próprio site da Diretoria Geral de Administração Penitenciária o último levantamento estatístico divulgado foi do primeiro semestre de 2012. Isso demonstra, que ao longo dos últimos anos esta matéria não tem sido prioridade para os administradores que passaram pelo comando da instituição.

1.2 A deficiência na coleta de dados nas unidades prisionais

Inexiste hoje nas unidades prisionais um setor específico em coletar dados dos presos, nas regionais também a situação é a mesma. Não por ausência de dados a serem coletados, mas por vários motivos entre eles à falta de servidor seja o que mais impacta ou colabora para esta problemática.

Hoje a Diretoria Geral de Administração Penitenciária conta com oito regionais espalhadas pelo estado, a função básica destas regionais são coordenar e dar apoio às unidades prisionais sob sua circunscrição, porém, na prática o que se vê é uma atuação muito limitada delas. A total dependência da administração central é um obstáculo que muitas vezes impedem os administradores locais de tomarem decisões.

E, como se sabe administrar uma estrutura tão grande como é a do sistema prisional de forma centralizada, muitas vezes inviabiliza inúmeras tarefas. As regionais são os departamentos ideais para a implantação de núcleos estatísticos de forma descentralizada, porém, estes núcleos devem funcionar de forma autônoma para que tenham liberdade para desempenhar suas funções.

As unidades prisionais hoje, não contam com uma estrutura ou departamento para a produção de estatística, como é o setor de cartório que existe em todas as unidades prisionais.

Existe hoje na DGAP um departamento chamado Observatório, que realiza um trabalho de coleta e análise de dados, mas, de forma tímida, o observatório tem a função de acompanhar se as unidades prisionais estão cumprindo as metas estipuladas de revista, elaborar relatórios acerca da população carcerária e registrar a quantidade de ocorrências relacionadas a fuga, óbito, recaptura, motim, rebelião e quantidade de armas de fogo apreendidas pela DGAP. Baseado nas informações observa-se que a coleta de dados nas unidades prisionais e regionais inexistem de forma ampla, o que se tem é um simples relato das ocorrências para um órgão central que armazena estes dados.

1.3 A falta de um setor específico para produção de estatística e o que isso gera

Grandes pensadores e estudiosos do mundo atual dizem que a informação é o grande diferencial para sobrevivência de qualquer empresa, tanto que alguns se arriscam em dizer que se está vivendo na era da informação. Com isso, se observa que a falta deste setor no sistema prisional faz com que muitas vezes fiquemos refém de organizações criminosas que em algumas situações tem maior volume de informação do que o próprio administrador do sistema.

Informações por exemplo, de qual o perfil dos presos de uma determinada unidade prisional, fazem grande diferença na alocação dos mesmos, qual a taxa de crescimento da população carcerária ajuda ao administrador a planejar se há necessidade de ampliação ou construção de unidades prisionais. O registro de quem são as pessoas? Que visitam determinado preso e seus antecedentes? Ajuda a Inteligência Penitenciária há produzir conhecimento sobre a população carcerária, todos estes aspectos são somente alguns dos inúmeros

benefícios que a criação de um setor de estatística penitenciária traria para o administrador do sistema prisional no momento da tomada de decisão. Tendo em vista, o surgimento das organizações criminosas como Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) e a audácia cada vez maior desses criminosos, fica evidente que a Administração Pública não pode mais viver no amadorismo quanto a coleta de dados e produção de estatística.

Em 2010, a antiga Agência Goiana do Sistema de Execução Penal (AGSEP) por meio da sua Gerência de Tecnologia da Informação elaborou um plano, do que foi o início da estatística no sistema penitenciário goiano. Porém, devido as constantes mudanças no comando da instituição, e a falta de um plano estratégico de longo prazo, fez com que essa ideia não fosse levada adiante.

Buscando atender os departamentos da AGSEP no que tange a solicitação de informações, bem como dados estatísticos operacionais e gerenciais, está sendo disponibilizado material com dados a respeito de diversas áreas da AGSEP como População Carcerária, Quantidade de apreensões de ilícitos, Mapa tecnológico, quadro de servidores, quantidade de presos por tipo de infração. O intuito inicial é termos um histórico dos passos da AGSEP bem como sua evolução através dos anos. Esse quadro Estatístico Anual poderá também servir como material para tomada de novas decisões, contribuindo com o planejamento estratégico desta Agência a médio e longo prazo. A partir de outubro de 2012 pretendemos ter dados atualizados on-line, onde a qualquer momento, de qualquer computador com acesso à internet, possam ser acessados nossos dados estatísticos (DANILO LEONARDO DINIZ ADORNI - GTI – AGSEP).

Segundo dados do site G1 em 2018, o Estado de Goiás conta com uma população carcerária de 20.208 presos, o que supera a população de muitas cidades goianas. Administrar toda essa população sem uma política de estatística se torna bastante difícil, tendo em vista, que não se tratam de cidadãos comuns, se tratam de pessoas que infringem normas e leis constantemente.

Saber por exemplo, porque estão presos, qual a pena a ser cumprida, se é reincidente, são informações que poderiam virar dados estatísticos e se transformar em gráficos que com certeza iriam facilitar e muito a administração de qualquer estabelecimento prisional e o sistema prisional como um todo.

Em relação à atuação do Ministério Público de Goiás (MP/GO) 2018/2019, pode-se identificar claramente a dificuldade de obtenção de dados no sistema penitenciário goiano:

A forma de organização e estruturação do sistema prisional goiano não permite que se trace de forma segura seu diagnóstico. A falta de dados concretos e atuais e a existência de diversas fontes informativas divergentes é um aspecto dificultador. Contudo, para a elaboração de um plano de iniciativas, o primeiro passo é reconhecer e diagnosticar o problema. Tendo isso em vista, foram coletados dados junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a Diretoria Geral de Administração Penitenciária (antiga Superintendência Executiva de Administração Penitenciária – SEAP/ Goiaspen e os dados das inspeções nos Estabelecimentos Penais fornecidos pelo CNJ na plataforma “Geopresídios” (http://www.cnj.jus.br/inspeção_penal/mapaphp), para estruturar um diagnóstico da situação do sistema penitenciário goiano. Em razão da multiplicidade de relatos e da diferença temporal na coleta dos dados, há divergências em todos os relatos. Além disso, os dados constantes do Sistema de Inspeção do Ministério Público (resolução n. 56 do CNMP) não estão compilados de forma a permitir um retrato da situação de todo o Estado de Goiás. Considerando a necessidade de sermos o mais fidedigno possível à realidade do sistema prisional, com o objetivo de efetivamente contribuir para sua melhora, elencamos os dados que reputamos mais relevantes e suas respectivas fontes.

Obviamente, que a falta de dados e essa desinformação gera um natural descrédito da Administração Penitenciária, visto, que não se tem hoje dados confiáveis e atualizados acerca da população carcerária goiana como um todo.

1.4 Quais os desafios e benefícios para se implantar um setor de estatística na estrutura organizacional da DGAP

Sabe-se que o setor público passa hoje por grandes dificuldades financeiras, dificuldades que provavelmente não vão ser sanadas há curto prazo, porém também é de se observar que o avanço de segmentos organizados do crime é avassalador. Assim, nota-se que a implantação de um departamento de estatística dentro da estrutura organizacional da Diretoria Geral de Administração Penitenciária, necessitaria em primeiro plano de vontade do gestor da instituição e em segundo plano de um aporte de recursos pequenos se comparados aos benefícios que este departamento poderia trazer para o administrador do sistema prisional goiano.

Outro fator a ser levado em conta é a elaboração de um projeto de implantação de um modelo de gestão que priorize as ações de longo prazo, tendo em vista o trabalho de coleta de dados ser um serviço constante.

Tendo-se por base que já contamos com oito regionais prisionais espalhadas por todo o estado se torna bastante fácil do ponto de vista logístico a implantação descentralizada deste departamento, sem perder de vista uma estrutura central que irá administrar todo o volume de dados coletados pelos núcleos

espalhados pelo estado. Uma legislação que regulamente todas as atribuições deste setor também se torna muito importante, tendo em vista, que ele terá uma atuação muito específica.

Para se pensar na criação de qualquer setor, em qualquer organização seja ela pública ou privada, obviamente que não se pode desprezar a etapa do treinamento. Um curso especialmente destinado a formar colaboradores a se aprofundarem na estatística prisional se torna pré-requisito indispensável para se implantar um departamento desta natureza.

Além da coleta de dados para fomentar a produção daria de estatística na Diretoria Geral de Administração Penitenciária, esses dados também serviram de apoio para o setor de Inteligência Penitenciária, que produz conhecimento muitas das vezes embasado em dados estatísticos.

Tomando-se por base que os dados já estão todos disponíveis, fica fácil enxergar uma estrutura em cada regional prisional para administrar e transmitir os dados.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido utilizando métodos qualitativos, sempre procurando estabelecer uma relação lógica entre a bibliografia apresentada e a realidade do Sistema Prisional goiano. O estudo da realidade do Sistema Prisional foi realizado baseando-se análises diárias das trocas de dados e das demandas solicitadas pela Administração da Diretoria Geral de Administração Penitenciária.

A pesquisa também foi desenvolvida lavando-se em conta a vivência prática do autor como Diretor da Unidade Prisional de Piracanjuba-GO e plantonista da Penitenciária Cel. Odenir Guimarães em Aparecida de Goiânia-GO. Foram realizadas também várias pesquisas práticas com toda a população carcerária da Unidade Prisional de Piracanjuba para dar embasamento técnico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como amostragem coletada na Unidade Prisional de Piracanjuba, pode-se observar quantos dados se pode extrair da população carcerária. Dados dos crimes mais recorrentes, qual a proporção de homens e mulheres, qual a porcentagem de presos que conseguem percorrer todos as fazes da pena (fechado, semiaberto e aberto). E ao final obter inúmeros e outros dados que poderiam auxiliar e muito os altos escalões na elaboração de Planos de Ação visando o futuro do Sistema Prisional, e muitas vezes até se antecipar em diversas situações de crise, que como se sabe não são raras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com o presente estudo, demonstrar há necessidade de se aprimorar o processo de gestão do Sistema Prisional do Estado de Goiás, tendo em vista os processos de estruturação ainda serem recentes frente às outras instituições da Segurança Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SMAILES, Joanne; MCGRANE, Angela. **Estatística Aplicada à Administração com Excel**. São Paulo: editora Atlas S.A, 2014.

STEVENSON, J. William. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: editora Harbra,1981.

Texto para Discussão 21 Breve Histórico da Estatística. Disponível em: <http://www2.ee.ufpe.br/codec/historia_estatistica.pdf>. Acesso em 08/12/2018.

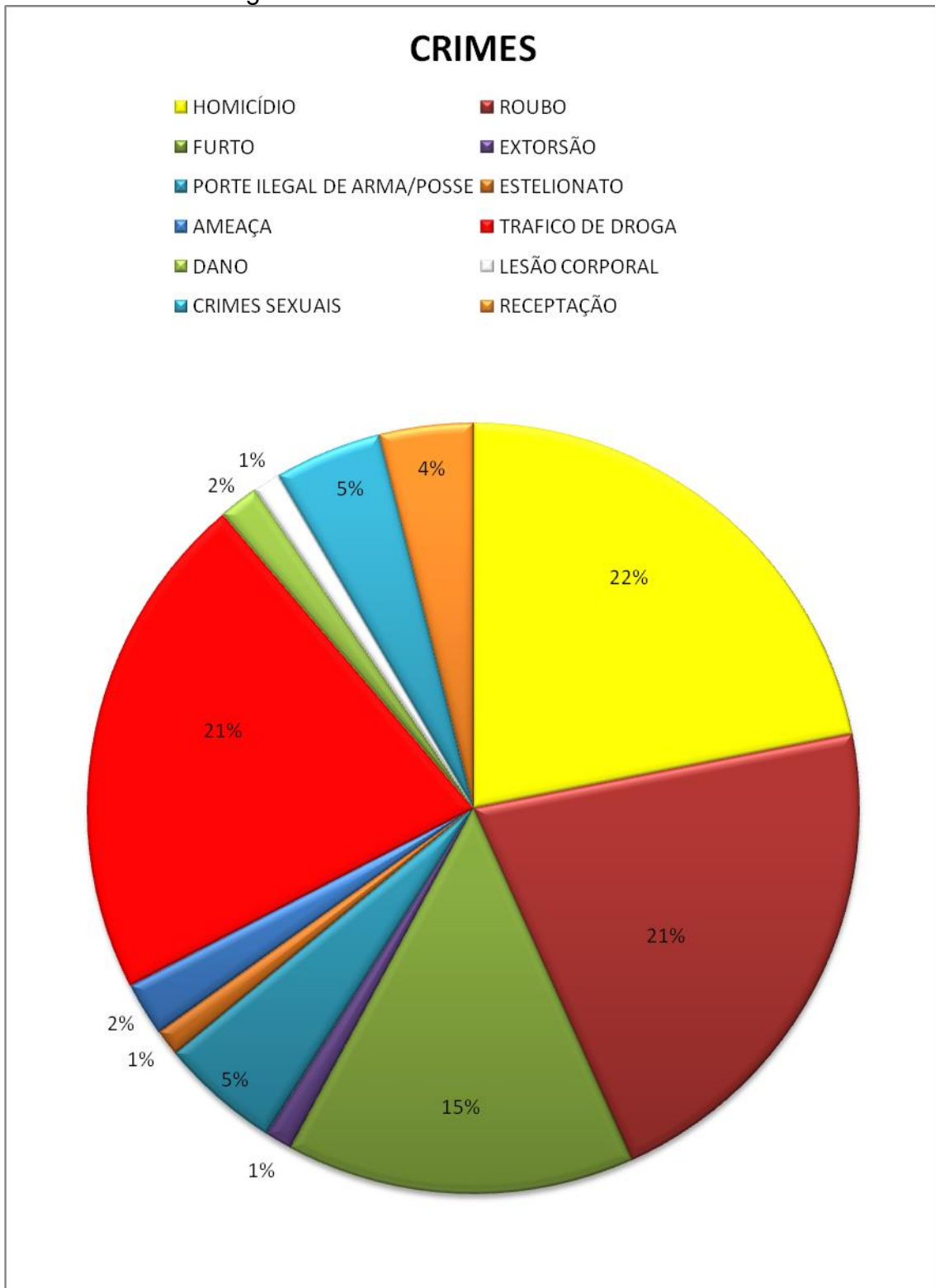
REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIARIO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO 2018/2019. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2018/02/21/18_10_00_559_PGA_2018_2019.pdf>. Acessado em 01/12/2018.

História da Estatística no Brasil e no Mundo. Disponível em: <<http://estatisticaeetag.blogspot.com/>>. Acessado em 08/12/2018.

Quadro Estatístico AGSEP PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012. Disponível em: <<https://www.seap.go.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/quadro-estatistico-2012-1o-semester.pdf>>. Acessado em 30/11/2018.

APÊNDICE – DADOS ESTATÍSTICOS DA PESQUISA

Gráfico 1 – Porcentagem de crimes.



*dados referentes até o mês de agosto de 2018.

Gráfico 2 – Divisão por sexo.

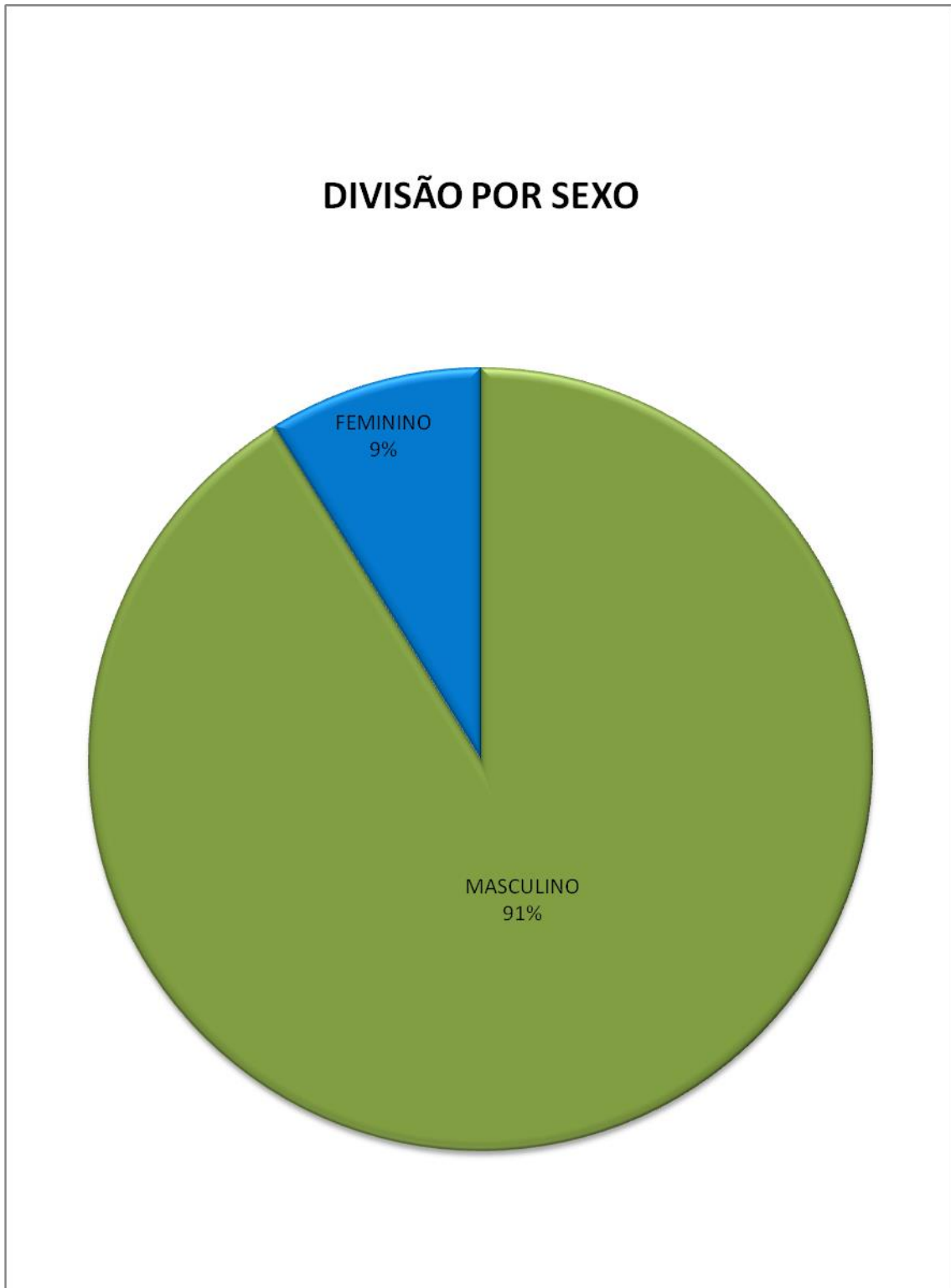
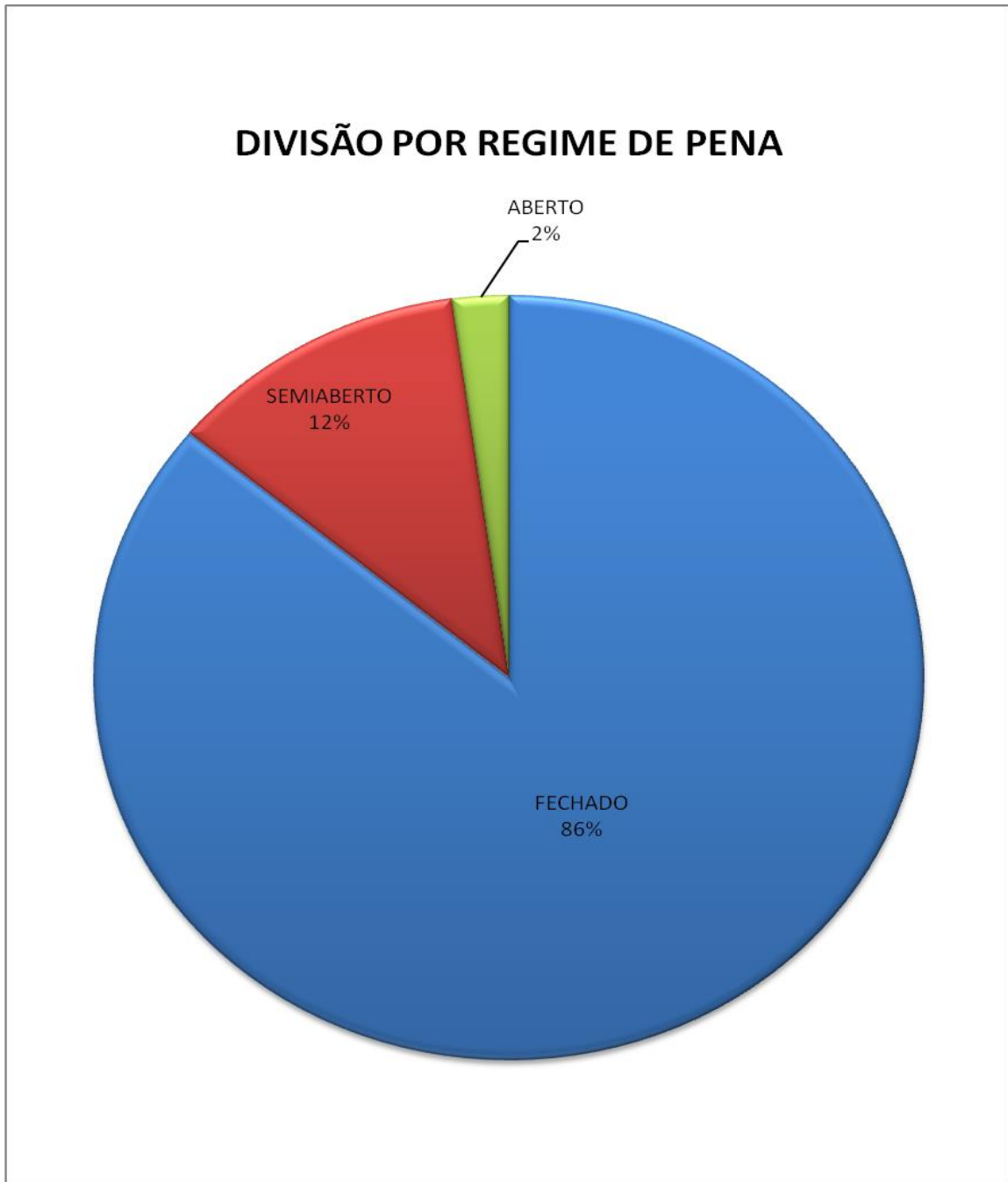


Gráfico 3 – Divisão por regime de pena.



*a media de presos incluso todos os regimes no mês de agosto de 2018 foi de 136 detentos.